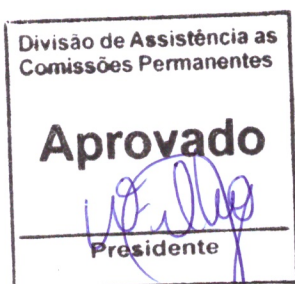


ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”
Comissão de Orçamento, Fiscalização
Tributação e Transparência



Ata



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR AS PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA (LOA) PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO SEGUINTE (2020) E DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARA O PERÍODO 2020-2023, REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL "VEREADOR FÉLIX ARAÚJO" - CAMPINA GRANDE/PB, NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às dez horas e quarenta minutos, sob a Presidência do Deputado Wilson Filho, e contando com as presenças do Senhor Deputado Moacir Rodrigues; dos Vereadores Bruno Faustino, um dos autores da Propositura; Marinaldo Cardoso - Vice-Presidente desta Augusta Casa; João Dantas e Galego do Leite; do Senhor Gilmar Martins de Carvalho - Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão da Paraíba e do Senhor Antônio Pereira-Tributarista, foi realizada uma Audiência Pública na Câmara Municipal vereador Félix Araújo, na cidade de Campina Grande, junto com a Assembleia Legislativa da Paraíba, através da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência, com o objetivo de discutir as propostas orçamentárias para elaboração da Lei Orçamentária Anual-LOA e do Plano Plurianual-PPA, para o Exercício Financeiro do Estado de 2020. Sob a proteção de Deus, e em nome do povo paraibano, tiveram início os trabalhos. Na oportunidade, o Senhor Presidente disse que o Secretário Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão, Gilmar Martins de Carvalho, seria o expositor deste encontro e dos próximos já programados na cidade de Sousa, na sexta-feira, dia 08/11/19, e em João Pessoa, no próximo dia 14/11/2019. Disse

que esta era a oportunidade para os representantes da sociedade civil organizada, entidades científicas, culturais, sindicatos, associações de classes e demais instituições representativas apresentarem propostas aos Projetos de Leis oriundos do Poder Executivo e acrescentou que a LOA previa o investimento de R\$ 12.709.879.610 (doze bilhões, setecentos e nove milhões, oitocentos e setenta e nove mil, seiscentos e dez reais), incluindo todas as receitas, inclusive das empresas independentes, com as deduções obrigatórias para o FUNDEB. Depois, ele explicou que a tramitação dessas duas normas seria cumprida conforme o calendário divulgado, que o prazo para a apresentação de emendas, por parte dos deputados, foi iniciado no dia 01/11/2019 de novembro e se estenderia até o próximo dia 18/11/19 e que o Parecer final da peça orçamentária devia ser apreciado entres os dias 19 de novembro e 09 de dezembro. Em seguida, ele afirmou que a partir do dia 10 de dezembro a proposta já seria incluída na Ordem do Dia da ALPB para ser votada em Plenário por todos os deputados. Após tal exposição, o Presidente passou a palavra ao Secretário para leitura do Expediente em Mesa, que constou do seguinte: Edital de Convocação para realização desta e das outras Reuniões de Audiências Públicas, com o texto acima descrito. Ato contínuo, ele registrou a presença de vários cidadãos presentes nesta Plenária e procedeu à leitura de justificativas das ausências dos Senhores Deputados Adriano Galdino, Presidente do Poder Legislativo da Paraíba, Tião Gomes, Relator das Peças Orçamentárias, Ricardo Barbosa, Taciano Diniz, Eduardo Carneiro, João Henrique, Lindolfo Pires e Camila Toscano, devido a compromissos agendados anteriormente. Lido o Expediente, passou-se a palavra ao expositor. O Senhor Gilmar Martins, através de slides, afirmou que a LDO era o instrumento utilizado pelo Poder Executivo para estabelecer metas e prioridades em suas principais diretrizes da administração pública, que a Peça Orçamentária antecedia e orientava a elaboração da Lei Orçamentária Anual-LOA e que a mesma previa uma despesa corrente de quase doze bilhões de reais. Ele afirmou que esta referida peça orientava o Estado para estes próximos quatro anos, a partir de 2020, e que a cada ano era feita uma previsão de despesas, seguindo-se as Legislações Vigentes da União e do Estado. Ele disse também que o PPA foi distribuído em cinco capítulos, todos eles expostos através de slides e transcritos nas Notas Taquigráficas desta Reunião de Audiência Pública e que os slides seriam enviados para esta Comissão Temática. Ele apresentou depois as linhas de atuação na estrutura de planejamento de governo e de sustentabilidade. Posteriormente, afirmou que as despesas das empresas estatais chegava a um montante de 5,77%, e que o Estado haveria de cumprir o repasse para as áreas de Educação e saúde de acordo com a previsão constitucional, a saber: Educação, 25% e para Saúde, 12%. Ele afirmou ainda que o Estado, em sua essência, prestava um serviço público de boa qualidade à população e acrescentou que os Duodécimos para os Poderes do Estado da Paraíba iria ter um acréscimo de 7,6%. Logo após ele fez referência aos valores dos precatórios e disse que o montante chegava a quase 300 milhões

WJ

de reais, com um acréscimo de quase 60 milhões de reais em 2018, falou que desafios do Governo eram muitos, mas que não lhe faltava coragem para seguir o trabalho, disse que manter o equilíbrio da folha de pessoal era uma determinação do Chefe do Poder Executivo e que este pretende cumprir sempre com que determina a lei de responsabilidade fiscal. Essas foram as considerações iniciais do Senhor Gilmar Martins. Ato contínuo, usou a palavra o Deputado Moacir Rodrigues, que, na ocasião, referiu-se ao déficit previdenciário do Estado da Paraíba e ao mesmo tempo parabenizou o Governo Bolsonaro por ter conseguido aprovar a Reforma Previdência a nível federal. Posteriormente, usou a palavra o Vereador Marinaldo Cardoso, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Campina Grande, que manifestou preocupação com programas sociais, propôs o aumento do número de famílias atendidas com programas de moradia popular, solicitou um incentivo maior aos programas destinados ao produtor rural, além da volta do programa do leite. Em seguida, falou o professor Luciano Albino, Pró-Reitor de Planejamento da UEPB, que parabenizou as duas Casas Legislativas pela iniciativa e relatou a realidade orçamentária global da Instituição que representava, colocou-se à disposição para uma parceria com o Governo do Estado para que a Instituição continuasse como referência não só educacional, mas também para a economia da região e finalizou agradecendo ter feito o uso da fala. Usou da palavra, logo após, o vereador de Campina Grande Galego do Leite, que, após saudar os presentes e os que compuseram a mesa, cumprimentou e parabenizou os Deputados pela propositura. Depois, orador saudou o Secretário, destacou a importância da iniciativa do deputado Wilson Filho e sugeriu ao Secretário a inclusão no orçamento do Estado um projeto de iniciativa do vereador no qual se substituem casas de taipa por casas de alvenaria, o que, segundo ele, beneficiaria parte dos moradores rurais de Campina Grande e região. Por fim, ele agradeceu a oportunidade no uso da fala. Fez uso da palavra, em seguida, o Professor Nelson Jr, presidente da ADUEPB. Na ocasião, ele saudou os presentes, fez menção às audiências públicas anteriores do orçamento e criticou o discurso dos Secretários passados que diziam que havia receita no Estado para o repasse do orçamento aos órgãos e instituições de ensino. Depois ele apresentou números comprovando a queda no repasse da receita da UEPB, mesmo com o aumento da arrecadação das receitas do Estado, lamentou que, em face dessa situação, a Universidade deixou de matricular 6 mil alunos na instituição e fez alguns apontamentos sobre o projeto da peça orçamentária. Por fim, ele questionou ao Secretário a possibilidade da correção no repasse do duodécimo da UEPB igualando-se o valor do ano de 2017 e se era possível uma reposição salarial linear para os servidores técnicos administrativos e professores da UEPB. Em seguida, falou o Senhor Antônio Pereira, ex vereador de Campina Grande, que fez alguns questionamentos sobre pagamento da dívida do Estado e as seguintes indagações: qual era a política de juros desenvolvida pelo Estado da Paraíba; por que o valor de 1 bilhão de



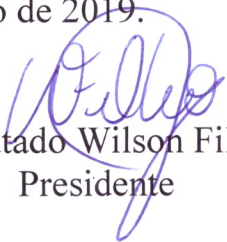
renúncia fiscal e por que tanta renúncia e em quais áreas e setores iriam ser afetados com tal atitude. Por fim, ele se mostrou contrário a concentração da renúncia fiscal do Estado em detrimento de algumas cidades da Paraíba. Falou em seguida o Senhor Fernando Borges, presidente do SINTESPB/UEPB, que parabenizou a Casa pela iniciativa da audiência, acostou-se à fala do professor Nelson Jr e apresentou os mesmos dados e números trazidos pelo professor. Da mesma forma, reforçou as sugestões trazidas por Nelson, asseverou a importância da revisão do valor do duodécimo e pediu respeito do Governo às emendas parlamentares e respeito à lei de autonomia da UEPB. Concluiu, enfim, a fala agradecendo por ter usado da palavra na presente audiência pública. Posteriormente, falou o Senhor Bruno Faustino, vereador de Campina Grande, que, após cumprimento de praxe e de saudação à mesa, parabenizou os Deputados pela iniciativa da propositura, falou da importância do debate sobre a peça orçamentária exposta pelo Secretário e destacou a relevância da descentralização desses debates. Finalizou o discurso sugerindo ao Secretário a construção de uma vila Olímpica na cidade de Campina Grande e a contemplação de mais recursos estaduais nos setores de educação e esporte da Paraíba. Após as falas e considerações dos inscritos, o Presidente passou a palavra ao Secretário para responder e esclarecer os questionamentos apresentados pelos participantes. Sobre o questionamento trazido pelo Deputado Moacir Rodrigues, o Secretário disse que déficit previdenciário do Estado era tema de pauta do Governo do Estado, lembrou que os Estados e municípios estariam contemplados com a reforma da previdência e afirmou que o déficit previdenciário do Estado cresce 1 milhão a cada ano e que esse ano ele chegaria a 100 milhões reais. Sobre o programa social sugerido pelo vereador de Campina Grande Galego do Leite, o Secretário falou da possibilidade da criação de um programa semelhante ao "minha casa minha vida" no âmbito estadual. Sobre a UEPB, o Secretário esclareceu que não estava à frente da secretaria no início deste ano, mas reconheceu a dificuldade da arrecadação do Estado e fez uma reflexão sobre isso com base na crise econômica nacional e local. Com relação ao orçamento da instituição, ele apresentou algumas justificativas com base nas ações do governo e destacou parcerias e convênios que serão desenvolvidos pelo Governo e algumas instituições. Falou ainda que não descartava uma revisão das ações governamentais caso ocorresse uma mudança no cenário econômico. Quanto ao reajuste dos servidores, ele falou da limitação a ser observada com os gastos com servidores, mas que se deve observar caso a caso e cada categoria. Ele falou depois sobre o serviço da dívida, esclarecendo a justificativa com base no cenário econômico, na metodologia de cálculo e outros instrumentos utilizados pelo Governo. Em seguida, ele comentou que a Paraíba era o único Estado que seria contemplado com 2 eixos pela obra de transposição do Rio São Francisco. Continuando, o Senhor Secretário afirmou que a meta do Governador do Estado era levar água de beber aos 223 municípios após as conclusões das obras da transposição. Ainda sobre o tema da renúncia de receita



fiscal, o Secretário afirmou que no Brasil o tema havia ganhado destaque sobretudo após a Edição da Lei Complementar 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que disciplinou a sua aplicação. Disse também que a União, os Estados e os Municípios vinham usando largamente essa peça como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, mas lamentou que os municipais usavam a norma, muitas vezes, de forma indiscriminada, com o intuito de atrair investimentos gerando a chamada "guerra fiscal". Ele afirmou ainda que a concessão de benefícios fiscais era um instrumento bastante útil ao alcance dos entes federativos, uma vez que, primeiro, servia para fomentar o desenvolvimento, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, gerando novos empregos e aumentando a renda "per capita" da população; segundo, prestava-se para reduzir as desigualdades sociais, desonerando a população de baixa renda do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de produtos da cesta básica. Diante disso, podia-se afirmar que era salutar o uso desses instrumentos e, que, devido a sua importância, o tema era tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infra-legal. Depois ele destacou que a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelecia o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio financeiro da União, Estados e Municípios. Depois ele defendeu a Reforma Tributária, e, por fim, disse que ia levar pessoalmente a proposta da criação da Via Olímpica em Campina Grande. Concluiu o discurso agradecendo a todos pela acolhida e colocou-se à disposição para tirar dúvidas quanto a Peça Orçamentária proposta pela Equipe do Governo. Imediatamente, o Presidente, Deputado Wilson Filho, disse que a Audiência Pública havia atingido o objetivo de levar o debate às pessoas e que o orçamento era a peça mais importante do ano inteiro para projetar o ano de 2020. Ele asseverou que iriam saber se o Estado iria apresentar mais recursos para a Saúde, a Educação e para a Segurança, lembrou que a ideia da realização das audiências públicas itinerantes era fazer com que as pessoas e representantes de entidades não precisassem se deslocar para a capital e fez menção aos debates regionais que seriam discutidos na Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência da ALPB, seguindo o seguinte calendário: no dia 12, o debate seria sobre a segurança; dia 19, saúde e ação social; dia 20, educação, ciência e tecnologia, cultura e esporte e, dia 26, infraestrutura e desenvolvimento econômico. Afirmou ele que todas essas reuniões contariam com a presença de auxiliares do Governo das suas áreas respectivas e que, desta forma conseguiam convidar as entidades e construir o orçamento com vários apoios. Ele ainda comentou que a Peça Orçamentária advinda do Governo do Estado estava muito bem redigida e que previa a projeção de aumentos de investimentos em Saúde, Educação e Segurança, de forma gradativa, tudo sob o acompanhamento do parlamento estadual. Por último, parabenizou a Câmara pelo apoio à campanha "novembro azul", agradeceu aos presentes e deu por encerrados os trabalhos. Do que, para constar, nós, Geralda da Silva, Assistente Legislativo,



e Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, lavramos a presente Ata, que será apreciada, conforme preceitos regimentais. Câmara Municipal de Campina Grande, 07 de novembro de 2019.


Deputado Wilson Filho
Presidente